



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000071410

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1003227-41.2024.8.26.0001, da Comarca de São Paulo, em que é apelante MARIA DA PAZ GONÇALO DE ANDRADE (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados BANCO CETELEM S/A, BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A e BANCO C6 CONSIGNADO S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 38ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso, com determinação. V. U.**, de conformidade com o voto da relatora, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores SPENCER ALMEIDA FERREIRA (Presidente) E FERNANDO SASTRE REDONDO.

São Paulo, 30 de janeiro de 2025.

ANNA PAULA DIAS DA COSTA

Relatora

Assinatura Eletrônica

Apelação Cível nº 1003227-41.2024.8.26.0001

Apelante: Maria da Paz Gonçalo de Andrade

Apelados: Banco Cetelem S/A e outros

Ação: Declaratória c/c indenização por danos materiais e morais

Origem: 6ª Vara Cível do Foro Regional I - Santana

Juiz de 1ª Instância: Dr. Márcio Luigi Teixeira Pinto

Voto nº 13.889

AÇÃO DECLARATÓRIA C.C DANOS MATERIAIS E MORAIS. Empréstimos consignados. Negativa das contratações. Julgamento antecipado da lide sem oportunizar à autora manifestar-se em réplica. Inadmissibilidade. Ofensa aos artigos 350 e 437, do CPC. Cerceamento de defesa configurado. Sentença anulada. RECURSO PROVIDO, com determinação.

Trata-se de apelação interposta contra r. sentença de fls. 337/341, cujo relatório se adota, que julgou improcedentes os pedidos iniciais.

Busca-se a reforma do *decisum* porque: a) cabe arguir a nulidade da r. sentença, haja vista julgamento do feito sem facultar à parte apelante realizar sua réplica, bem como produzir provas; b) o nobre magistrado não poderá proferir decisão com fundamento no qual a parte não teve oportunidade de manifestação, nos termos do art. 10 do CPC; c) a r. sentença fundamenta-se, essencialmente, nos contratos juntados nos autos, pelos apelados Itaú e C6 Consignado; d) a apelante não teve oportunidade de abordar, em manifestação, os contratos colacionados antes da sentença de mérito e, inclusive, a manifestação da

parte autora seria feita em réplica, nos termos do art. 350 do CPC; e) a matéria tratada no feito é sobre fraude na contratação de empréstimos consignados, de modo ser primordial a produção de provas, tais como a pericial, com análise do contrato físico; f) a r. sentença, de igual modo, viola os artigos 369 e 370 do CPC; g) os contratos foram celebrados com datas extremamente próximas, além disso, com valores baixos, o que denotam a fraude impetrada em nome da autora; h) todos os contratos foram feitos por meio de correspondentes, os quais a consumidora jamais teve contato; i) não é razoável a parte autora ter ido para Goiás, Santa Catarina e cidade de interior de São Paulo para contrair empréstimos com valor extremamente baixo, considerando que a apelante reside em São Paulo e tem 79 anos; j) todos os contratos anexos pelos bancos réus, em verdade, não parecem ser originais; k) em que pese o Celetem (Paribas Brasil) ter sido revel, o magistrado singular afirmou que os efeitos da revelia não eram aplicáveis em razão da contestação de outros requeridos, o que não é possível concordar; l) em litisconsórcio simples, a r. sentença não precisa ser a mesma para todos os réus, de modo que o art. 345, I do CPC terá aplicação limitada tão somente aos fatos comuns; m) requer a nulidade da r. sentença em sede preliminar e, no mérito, do entendimento, condenando os bancos réus aos pedidos da inicial (fls. 442/455).

Tempestiva e isenta de preparo, vieram aos autos contrarrazões (fls. 459/473, 474/481 e 482/517).

É a síntese do necessário.

Extrai-se da inicial que a autora vem sofrendo descontos em seu benefício previdenciário, em razão de quatro contratos de empréstimos consignados emitidos pelos réus, que assevera não ter aderido.

Nesse passo, promoveu esta demanda com a finalidade de ver declarada a inexistência dos débitos, com a repetição em dobro dos valores descontados indevidamente de seu benefício previdenciário e indenização por danos morais.

O Juiz singular, após apresentação das contestações, entendeu por bem, em julgamento antecipado, pela improcedência dos pedidos iniciais.

Daí o inconformismo.

Respeitado o entendimento do d. Magistrado, a sentença é nula, visto que, ao julgar o mérito, sem intimar a autora para se manifestar em réplica, foi lançada de forma abrupta e causou evidente prejuízo à parte.

Com efeito, a autora nega a contratação dos empréstimos lançados pelos réus em seu benefício previdenciário.

Em contestação, os bancos requeridos C6 e Itaú, carregaram os instrumentos contratuais com a assinatura da autora (fls.

66/72, 73/78 e 24//246).

Aqui, não se pode perder de vista o comando exarado no artigo 350, do CPC, *in verbis*:

“Art. 350. Se o réu alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, este será ouvido no prazo de 15 (quinze) dias, permitindo-lhe o juiz a produção de prova.”.

De igual modo, o artigo 437, do mesmo *Códex*, estabelece que a parte autora se manifestará em réplica acerca dos documentos juntados na contestação.

Deste vértice, a impossibilidade de a apelante se manifestar sobre a documentação colacionada pelo réus constitui flagrante cerceamento de defesa.

Sobre o tema, confira-se:

APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DO AUTOR. IMPUGNAÇÃO AO CONTRATO DIGITAL JUNTADO PELA CORRÉ CREFAZ. NÃO ABERTURA DE PRAZO PARA RÉPLICA À CONTESTAÇÃO DA CORRÉ ENEL. OFENSA AOS ARTIGOS 350 E 437 DO CPC. NÃO ABERTURA DE PRAZO PARA ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS. OFENSA AO

PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. QUESTÕES CONTROVERTIDAS E RELEVANTES NÃO COMPROVADAS. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO. SENTENÇA ANULADA, COM OBSERVAÇÃO.

(Apelação Cível 1005280-62.2024.8.26.0011; Relator (a): Júlio César Franco; Órgão Julgador: 22ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional XI - Pinheiros - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 19/12/2024; Data de Registro: 19/12/2024) (g.n.).

PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE – Razões recursais que impugnam especificadamente os fundamentos da sentença – Recurso conhecido. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA E INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – **Ausência de intimação pessoal da Defensoria Pública para apresentação da réplica** – Ofensa aos artigos 128, I, da Lei Complementar nº 80/94 e 186, § 1º, do CPC – **Violação manifesta aos artigos 350 e 437, caput e § 1º, do CPC – Cerceamento de defesa configurado – Sentença anulada** – Recurso provido. (Apelação Cível 1017008-32.2021.8.26.0003; Relator (a): Vicentini Barroso; Órgão Julgador: 15ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional III - Jabaquara - 4ª Vara Cível; Data do Julgamento: 28/11/2022; Data de Registro: 28/11/2022) (g.n.).

CONTRATO BANCÁRIO. Ação de obrigação de fazer. Parte autora que alega não ter firmado contrato de cartão de crédito com reserva de margem consignável (RMC), e sim, empréstimo consignado padrão. Sentença de improcedência. **Alegação de cerceamento de defesa. Ocorrência.**

Antecipação do julgamento sem oportunizar à parte autora que se manifestasse em réplica. Documentos juntados com a contestação. Necessidade de intimação da parte contrária para se manifestar, nos termos no artigo 437, § 1º do CPC. Cerceamento de defesa configurado. Recurso provido para anulação da sentença. (Apelação Cível 1000660-52.2020.8.26.0397; Relator (a): Gilberto dos Santos; Órgão Julgador: 11ª Câmara de Direito Privado; Foro de Nuporanga - Vara Única; Data do Julgamento: 05/04/2021; Data de Registro: 05/04/2021) (g.n.).

Logo, anula-se a sentença, a fim de que a autora seja devidamente intimada para apresentar réplica, nos termos dos artigos 350 e 437, do CPC.

Ex positis, pelo meu voto, **DÁ-SE PROVIMENTO** ao recurso, **com determinação**.

Por fim, consideram-se prequestionadas e não ofendidas todas as normas jurídicas reportadas no curso do feito.

ANNA PAULA DIAS DA COSTA
Relatora